

3 — Quanto à qualidade, o Bordado de Castelo Branco classifica-se em função dos materiais, do desenho e sua composição, dos motivos, dos pontos utilizados e sua composição, bem como do cromatismo adoptado.

Artigo 9.º

Certificação

1 — A área geográfica de produção do Bordado de Castelo Branco susceptível de denominação de origem ou indicação geográfica será proposta pelo Centro à tutela para homologação.

2 — Na determinação da área de denominação de origem ou indicação geográfica deve atender-se aos usos, história e cultura locais, bem como aos interesses da economia local, regional e nacional.

3 — O Centro deverá proceder ao registo nacional e internacional do Bordado de Castelo Branco nos termos do Código da Propriedade Industrial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36/2003, de 5 de Março.

Artigo 10.º

Condições de acesso à certificação

Para efeitos de acesso à certificação, os artesãos e as unidades produtivas artesanais devem reunir os requisitos previstos no Decreto-Lei n.º 41/2001, de 9 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 110/2002, de 16 de Abril, e respectivos regulamentos.

CAPÍTULO III

Disposições finais e transitórias

Artigo 11.º

Comissão instaladora

1 — O Governo nomeará, no prazo de 60 dias, a comissão instaladora do Centro, constituída por:

- a) Um representante do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, que presidirá;
- b) Um representante do Ministério da Economia e da Inovação;
- c) Um representante do Ministério da Cultura;
- d) Um representante da Câmara Municipal de Castelo Branco;
- e) Um representante das associações de produtores dos Bordados de Castelo Branco.

2 — A designação dos representantes referidos nas alíneas *d)* e *e)* do número anterior é da competência das respectivas entidades, devendo ser comunicada ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social no prazo de 30 dias.

3 — A comissão instaladora submeterá à aprovação do Governo, no prazo de 120 dias contados a partir da data da sua nomeação, o projecto de estatutos do Centro, com a definição da sua estrutura, competências e funcionamento.

Artigo 12.º

Entrada em vigor

1 — A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

2 — As normas com incidência orçamental entram em vigor com o Orçamento do Estado subsequente.

Aprovada em 16 de Março de 2006.

O Presidente da Assembleia da República, *Jaime Gama*.

Promulgada em 12 de Abril de 2006.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendada em 13 de Abril de 2006.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Resolução da Assembleia da República n.º 34/2006

Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e o Território Associado dos Países Baixos das Antilhas Neerlandesas, por troca de cartas, respectivamente de 22 de Junho e de 27 de Agosto de 2004, Relativo à Tributação dos Rendimentos da Poupança e à Respectiva Aplicação Provisória.

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea *i)* do artigo 161.º e do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, aprovar o Acordo entre a República Portuguesa e o Território Associado dos Países Baixos das Antilhas Neerlandesas, por troca de cartas, respectivamente de 22 de Junho e de 27 de Agosto de 2004, Relativo à Tributação dos Rendimentos da Poupança e à Respectiva Aplicação Provisória, cujos texto, apêndice n.º 1 e anexo, nas versões autenticadas nas línguas portuguesa, inglesa e neerlandesa, se publicam em anexo.

Aprovada em 26 de Janeiro de 2006.

O Presidente da Assembleia da República, *Jaime Gama*.

ACORDO SOB FORMA DE TROCA DE CARTAS RELATIVO À TRIBUTAÇÃO DOS RENDIMENTOS DA POUPANÇA E À RESPECTIVA APLICAÇÃO PROVISÓRIA.

A — Carta da República Portuguesa

Ex.º Senhor:

Tenho a honra de remeter para os textos da Convenção entre o Reino dos Países Baixos, relativamente às Antilhas Neerlandesas, e a Bélgica, a Áustria e o Luxemburgo sobre a Troca Automática de Informação em Matéria de Rendimentos da Poupança sob a Forma de Juros, da Convenção entre o Reino dos Países Baixos, relativamente às Antilhas Neerlandesas, e o Estado membro da UE, que não a Bélgica, a Áustria ou o Luxemburgo, sobre a Troca Automática de Informação em Matéria de Rendimentos da Poupança sob a Forma de Juros, da Convenção entre o Reino dos Países Baixos, relativamente a Aruba, e o Estado membro da UE, que não a Bélgica, a Áustria ou o Luxemburgo, sobre a Troca Automática de Informação em Matéria de Rendimentos da Poupança sob a Forma de Juros e da Convenção entre o Reino dos Países Baixos, relativamente a Aruba, e a Bélgica, a Áustria e o Luxemburgo, sobre a Troca Automática de Informação em Matéria de Rendimentos da Poupança sob a Forma de Juros, respectivamente, que resultaram das negociações de um acordo sobre

tributação da poupança com as Antilhas Neerlandesas e Aruba, e foram apensas, respectivamente como anexos I, II, III e IV ao resultado dos trabalhos do Grupo de Alto Nível do Conselho de Ministros da União Europeia de 12 de Março (doc. 7660/04 FISC 68).

Em face dos referidos textos, tenho a honra de propor a V. Ex.^a a Convenção sobre a Troca Automática de Informação em Matéria de Rendimentos da Poupança sob a Forma de Juros contida no apêndice n.º 1 à presente carta e o compromisso mútuo de ultimarmos com a maior brevidade possível as nossas formalidades constitucionais internas para a entrada em vigor da presente Convenção e de procedermos sem demora à notificação recíproca de que essas formalidades estão concluídas.

Na pendência da conclusão dos trâmites internos e da entrada em vigor da presente Convenção sobre a Troca Automática de Informação em Matéria de Rendimentos da Poupança sob a Forma de Juros, tenho a honra de propor a V. Ex.^a que Portugal e o Reino dos Países Baixos, relativamente às Antilhas Neerlandesas, apliquem a presente Convenção provisoriamente, no quadro das obrigações decorrentes das nossas respectivas constituições nacionais, a partir de 1 de Janeiro de 2005, ou da data de aplicação da Directiva n.º 2003/48/CE, do Conselho, de 3 de Junho, relativa à tributação dos rendimentos da poupança sob a forma de juros, valendo a mais tardia das datas.

Se o que precede for aceitável pelo Governo de V. Ex.^a, tenho a honra de propor que a presente carta e a vossa confirmação constituam, em conjunto, um acordo entre Portugal e o Reino dos Países Baixos, relativamente às Antilhas Neerlandesas.

Queira aceitar, Ex.^{mo} Senhor, os protestos da nossa mais elevada consideração.

Pela República Portuguesa:

Maria Manuela Dias Ferreira Leite, Ministra de Estado e das Finanças.

Feito em Lisboa, em 22 de Junho de 2004, em três cópias.

B — Carta das Antilhas Neerlandesas

Ex.^{mo} Senhor:

Tenho a honra de acusar a recepção da carta de V. Ex.^a com data de hoje, do seguinte teor:

«Ex.^{mo} Senhor:

Tenho a honra de remeter para os textos da Convenção entre o Reino dos Países Baixos, relativamente às Antilhas Neerlandesas, e a Bélgica, a Áustria e o Luxemburgo, sobre a Troca Automática de Informação em Matéria de Rendimentos da Poupança sob a Forma de Juros, da Convenção entre o Reino dos Países Baixos, relativamente às Antilhas Neerlandesas, e o Estado membro da UE, que não a Bélgica, a Áustria ou o Luxemburgo, sobre a Troca Automática de Informação em Matéria de Rendimentos da Poupança sob a Forma de Juros, da Convenção entre o Reino dos Países Baixos, relativamente a Aruba, e o Estado membro da UE, que não a Bélgica, a Áustria ou o Luxemburgo, sobre a Troca Automática de Informação em Matéria de Rendimentos da Poupança sob a Forma de Juros e da Convenção entre o Reino dos Países Baixos, relativamente a Aruba, e a Bélgica, a Áustria e o Luxemburgo, sobre a Troca Automática de Informação em Matéria de Rendimentos da Poupança sob a Forma de Juros, respectivamente, que resultaram das negociações de um acordo sobre tributação da poupança com as Antilhas Neerlandesas

e Aruba, e foram apensas, respectivamente como anexos I, II, III e IV ao resultado dos trabalhos do Grupo de Alto Nível do Conselho de Ministros da União Europeia de 12 de Março (doc. 7660/04 FISC 68).

Em face dos referidos textos, tenho a honra de propor a V. Ex.^a a Convenção sobre a Troca Automática de Informação em Matéria de Rendimentos da Poupança sob a Forma de Juros contida no apêndice n.º 1 à presente carta e o compromisso mútuo de ultimarmos com a maior brevidade possível as nossas formalidades constitucionais internas para a entrada em vigor da presente Convenção e de procedermos sem demora à notificação recíproca de que essas formalidades estão concluídas.

Na pendência da conclusão dos trâmites internos e da entrada em vigor da presente Convenção sobre a Troca Automática de Informação em Matéria de Rendimentos da Poupança sob a Forma de Juros, tenho a honra de propor a V. Ex.^a que Portugal e as Antilhas Neerlandesas apliquem a presente Convenção provisoriamente, no quadro das obrigações decorrentes das nossas respectivas constituições nacionais, a partir de 1 de Janeiro de 2005, ou da data de aplicação da Directiva n.º 2003/48/CE, do Conselho, de 3 de Junho, relativa à tributação dos rendimentos da poupança sob a forma de juros, valendo a mais tardia das datas.

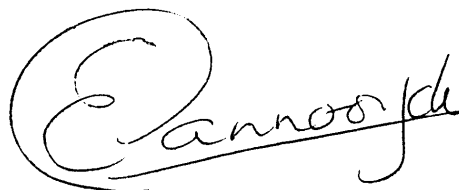
Se o que precede for aceitável pelo Governo de V. Ex.^a, tenho a honra de propor que a presente carta e a vossa confirmação constituam, em conjunto, um acordo entre Portugal e o Reino dos Países Baixos, relativamente às Antilhas Neerlandesas.

Queira aceitar, Ex.^{mo} Senhor, os protestos da nossa mais elevada consideração.»

Confirmo que as Antilhas Neerlandesas concordam com o teor da carta de V. Ex.^a

Queira aceitar, Ex.^{mo} Senhor, os protestos da nossa mais elevada consideração.

Pelas Antilhas Neerlandesas:



Feito na Haia, em 27 de Agosto de 2004, em três cópias.

APÊNDICE N.º 1

CONVENÇÃO ENTRE O REINO DOS PAÍSES BAIXOS, RELATIVAMENTE ÀS ANTILHAS NEERLANDESAS, E A REPÚBLICA PORTUGUESA SOBRE A TROCA AUTOMÁTICA DE INFORMAÇÃO EM MATÉRIA DE RENDIMENTOS DA POUPANÇA SOB A FORMA DE JUROS.

Considerando o seguinte:

1 — Prevê o n.º 2 do artigo 17.º da Directiva n.º 2003/48/CE (adiante denominada «a directiva»), do Conselho da União Europeia (adiante denominado «o Conselho»), relativa à tributação dos rendimentos da poupança que os Estados membros adoptem e publiquem as disposições legislativas, regulamentares e administrativas necessárias para dar cumprimento à directiva a partir de 1 de Janeiro de 2005, desde que:

A Confederação Suíça, o Principado do Liechtenstein, a República de São Marino, o Principado

do Mónaco e o Principado de Andorra apliquem a partir da mesma data medidas equivalentes às estabelecidas na directiva, em conformidade com os acordos celebrados entre estes países e a Comunidade Europeia, na sequência de uma decisão unânime do Conselho;

Tenham sido celebrados todos os acordos ou outros convénios que estabeleçam que todos os territórios dependentes ou associados pertinentes aplicarão, a partir dessa data, a troca automática de informações nos moldes previstos no capítulo II da directiva, ou, durante o período de transição definido no artigo 10.º, uma retenção na fonte nas condições previstas nos artigos 11.º e 12.º

2 — Embora constituam, na acepção da directiva, um território associado da UE, as Antilhas Neerlandesas não se situam no território fiscal da UE, pelo que não estão vinculadas ao disposto na directiva. Todavia, com base num acordo entre as Antilhas Neerlandesas e os Países Baixos, o Reino dos Países Baixos deseja celebrar acordos, relativamente às Antilhas Neerlandesas, com os Estados membros da UE, a fim de aplicar, a partir de 1 de Janeiro de 2005, uma retenção na fonte em condições idênticas às que constam dos artigos 11.º e 12.º da directiva, durante o período de transição definido no respectivo artigo 10.º, e, após o termo desse período transitório, uma troca de informações automática nos moldes previstos no seu capítulo II.

3 — O acordo entre as Antilhas Neerlandesas e os Países Baixos, tal como referido no n.º 2, depende da adopção, por todos os Estados membros, das disposições legislativas, regulamentares e administrativas necessárias para dar cumprimento à directiva, bem como do cumprimento dos requisitos previstos no seu artigo 17.º

4 — Pela presente Convenção, as Antilhas Neerlandesas acordam em aplicar o disposto na directiva, salvo disposição em contrário acordada na presente Convenção, no que diz respeito aos beneficiários efectivos residentes em Portugal e Portugal acorda em aplicar o disposto na directiva no que diz respeito aos beneficiários efectivos residentes nas Antilhas Neerlandesas.

O Governo do Reino dos Países Baixos, relativamente às Antilhas Neerlandesas, e o Governo de Portugal, desejando celebrar uma convenção que dê a possibilidade de aplicar uma tributação efectiva aos rendimentos da poupança sob a forma de juros pagos num dos Estados Contratantes aos beneficiários efectivos que sejam pessoas singulares residentes no outro Estado Contratante, em conformidade com a legislação deste último, nos termos da directiva e na observância das intenções dos Estados Contratantes acima expostas, acordaram o seguinte:

Artigo 1.º

Âmbito geral

1 — A presente Convenção é aplicável aos juros pagos por um agente pagador estabelecido no território de um dos Estados Contratantes, a fim de dar a possibilidade de aplicar uma tributação efectiva aos rendimentos da poupança sob a forma de juros pagos num dos Estados Contratantes aos beneficiários efectivos que sejam pessoas singulares residentes, por motivos fiscais, no outro Estado Contratante, em conformidade com a legislação deste último.

2 — O âmbito de aplicação da presente Convenção será limitado à tributação dos rendimentos da poupança sob a forma de juros relativos a créditos, excluindo nomeadamente as questões relacionadas com a tributação das pensões e das prestações de seguros.

3 — No que diz respeito ao Reino dos Países Baixos, o presente acordo é aplicável exclusivamente às Antilhas Neerlandesas.

Artigo 2.º

Definições

1 — Para os fins da presente Convenção, salvo indicação em contrário, entende-se por:

- a) «Um Estado Contratante» e «o outro Estado Contratante», respectivamente, o Reino dos Países Baixos, relativamente às Antilhas Neerlandesas, ou Portugal, conforme o contexto assim o exigir;
- b) «As Antilhas Neerlandesas» a parte do Reino dos Países Baixos situada na zona das Caraíbas composta pelos territórios das ilhas de Bonaire, Curaçao, Saba, Santo Eustáquio, e a parte neerlandesa de St. Martin (St. Maarten);
- c) A Parte Contratante que constitui o Estado membro da União Europeia é Portugal;
- d) «Directiva» a Directiva n.º 2003/48/CE, do Conselho da União Europeia, de 3 de Junho, relativa à tributação dos rendimentos da poupança sob a forma de juros, aplicável a partir da data de assinatura da presente Convenção;
- e) «Beneficiário(s) efectivo(s)» o(s) beneficiário(s) efectivo(s), na acepção do artigo 2.º da directiva;
- f) «Agente(s) pagador(es)» o(s) agente(s) pagador(es), na acepção do artigo 4.º da directiva;
- g) «Autoridade competente»:
 - i) No caso das Antilhas Neerlandesas: o Ministro das Finanças ou o seu representante autorizado;
 - ii) No caso de Portugal: a autoridade competente desse Estado, na acepção do artigo 5.º da directiva;
- h) «Juro(s)» o(s) juro(s) na acepção do artigo 6.º da directiva, tendo devidamente em conta o seu artigo 15.º;
- i) Qualquer termo não definido de outro modo na Convenção terá o significado que lhe foi dado na directiva.

2 — Para os fins da presente Convenção, ler, nas disposições da directiva para que remete a presente Convenção, «Estados Contratantes» em vez de «Estados membros».

Artigo 3.º

Identidade e determinação do lugar de residência dos beneficiários efectivos

Cada Estado Contratante deve adoptar e garantir a aplicação, no seu território, dos procedimentos necessários para permitir que o agente pagador identifique os beneficiários efectivos e o respectivo local de residência para os fins dos artigos 4.º a 6.º Esses procedimentos serão consentâneos com as normas mínimas estabelecidas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º da directiva, sendo ponto assente que, relativamente às Antilhas Neerlandesas, no que diz respeito às alíneas a) do n.º 2

e a) do n.º 3 deste artigo, a identidade e residência do beneficiário efectivo serão estabelecidas com base nas informações de que dispõe o agente pagador através da aplicação das disposições legislativas e regulamentares pertinentes das Antilhas Neerlandesas. Todavia, deixarão de ser aplicadas as isenções ou dispensas eventualmente em vigor que tenham sido concedidas, a pedido, aos beneficiários efectivos residentes em Portugal no âmbito dessas disposições e não serão concedidas quaisquer outras isenções ou dispensas dessa natureza a esses beneficiários efectivos.

Artigo 4.º

Troca automática de informação

1 — A autoridade competente do Estado Contratante onde o agente pagador está estabelecido comunicará as informações referidas no artigo 8.º da directiva à autoridade competente do Estado Contratante de residência do beneficiário efectivo.

2 — A comunicação das informações será automática e será efectuada pelo menos uma vez por ano, no prazo de seis meses após o termo do exercício fiscal do Estado Contratante do agente pagador, em relação a todos os juros pagos durante esse exercício.

3 — A troca de informação no âmbito da presente Convenção será tratada pelos Estados Contratantes em conformidade com o disposto no artigo 7.º da Directiva n.º 77/799/CEE.

Artigo 5.º

Disposições transitórias

1 — Durante o período de transição referido no artigo 10.º da directiva, em que o beneficiário efectivo é residente em Portugal e o agente pagador é residente nas Antilhas Neerlandesas, as Antilhas Neerlandesas procederão a uma retenção na fonte sobre os juros à taxa de 15% durante os primeiros três anos deste período, de 20% durante os três anos subsequentes e de 35% daí em diante. Durante o período de transição, as Antilhas Neerlandesas não serão obrigadas a aplicar o disposto no artigo 4.º. Todavia, receberão informações de Portugal em conformidade com esse artigo.

2 — O agente pagador aplicará a retenção na fonte nos moldes descritos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 11.º da directiva.

3 — A aplicação da retenção na fonte pelas Antilhas Neerlandesas não impedirá Portugal de tributar o rendimento em conformidade com o seu direito interno.

4 — Durante o período de transição, as Antilhas Neerlandesas podem prever que um operador económico que pague juros, ou atribua o pagamento de juros, a uma entidade referida no n.º 2 do artigo 4.º da directiva, estabelecida em Portugal, seja considerado como o agente pagador em lugar da entidade e aplique a retenção na fonte sobre esses juros, a menos que a entidade tenha formalmente aceite que o seu nome e endereço, bem como o montante total dos juros que lhe são pagos ou atribuídos, sejam comunicados de harmonia com o último parágrafo desse número.

5 — No termo do período de transição, as Antilhas Neerlandesas aplicarão obrigatoriamente o disposto no artigo 4.º e cessarão de aplicar a retenção na fonte e a repartição das receitas previstas nos artigos 5.º e 6.º. Caso, durante o período de transição, as Antilhas Neerlandesas optem por aplicar o disposto no artigo 4.º, deixarão de aplicar a retenção na fonte e a repartição de receitas previstas nos artigos 5.º e 6.º.

Artigo 6.º

Repartição das receitas

1 — As Antilhas Neerlandesas reterão 25 % das receitas provenientes da retenção na fonte referida no n.º 1 do artigo 5.º e transferirão 75 % dessas receitas para Portugal.

2 — Caso apliquem a retenção na fonte em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 5.º, as Antilhas Neerlandesas reterão 25 % das receitas e transferirão para Portugal 75 % das receitas provenientes da retenção na fonte aplicada aos juros pagos às entidades referidas no n.º 2 do artigo 4.º da directiva, estabelecidos em Portugal.

3 — Essas transferências serão realizadas o mais tardar no período de seis meses após o termo do exercício fiscal das Antilhas Neerlandesas.

4 — As Antilhas Neerlandesas tomarão as medidas necessárias para garantir o funcionamento adequado do sistema de repartição das receitas referido no presente artigo.

Artigo 7.º

Excepções ao sistema de retenção

1 — As Antilhas Neerlandesas estabelecerão um, ou ambos, dos procedimentos previstos no n.º 1 do artigo 13.º da directiva a fim de assegurar que os beneficiários efectivos possam solicitar que não seja aplicada qualquer retenção na fonte.

2 — A pedido do beneficiário efectivo, a autoridade competente do Estado Contratante da sua residência fiscal emitirá um certificado em conformidade com o n.º 2 do artigo 13.º da directiva.

Artigo 8.º

Eliminação da dupla tributação

Portugal garantirá a eliminação de qualquer dupla tributação eventualmente resultante da retenção na fonte referida no artigo 5.º, em conformidade com o disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 14.º da directiva, ou estipulará a restituição da retenção na fonte.

Artigo 9.º

Outras retenções na fonte

A Convenção não impedirá os Estados Contratantes de aplicar outros tipos de retenção na fonte, diferente da prevista no artigo 5.º, em conformidade com as respectivas legislações ou convenções nacionais em matéria de dupla tributação.

Artigo 10.º

Transposição

Os Estados Contratantes aprovarão e publicarão, antes de 1 de Janeiro de 2005, as disposições legislativas, regulamentares e administrativas necessárias para dar cumprimento à presente Convenção.

Artigo 11.º

Anexo

Os textos da directiva e do artigo 7.º da Directiva n.º 77/799/CEE, do Conselho da União Europeia, de 19 de Dezembro, relativa à assistência mútua das autoridades competentes dos Estados membros no domínio dos impostos directos e indirectos, aplicáveis na data da assinatura da presente Convenção, estão apensos

enquanto anexo à Convenção, da qual fazem parte integrante. O texto do artigo 7.º da Directiva n.º 77/799/CEE nesse anexo será substituído pelo texto do mesmo artigo na Directiva n.º 77/799/CEE revista, caso esta última entre em vigor antes da data a partir da qual entrarão em vigor as disposições da presente Convenção.

Artigo 12.º

Entrada em vigor

A presente Convenção entrará em vigor no 30.º dia após a última das datas em que os respectivos Governos se tiverem reciprocamente notificado por escrito que foram observadas as formalidades exigidas constitucionalmente nos respectivos Estados e as suas disposições produzirão efeitos a partir da data em que a directiva for aplicável, em conformidade com os n.ºs 2 e 3 do artigo 17.º da directiva.

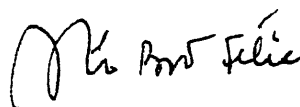
Artigo 13.º

Denúncia

A presente Convenção permanecerá em vigor até que ela seja denunciada por um dos Estados Contratantes. Qualquer um dos Estados poderá denunciar a Convenção, pelas vias diplomáticas, mediante aviso pelo menos seis meses antes do termo do ano civil, depois de findo um período de três anos a contar da data da respectiva entrada em vigor. Em tal eventualidade, a Convenção deixará de produzir efeitos nos períodos iniciados após o termo do ano civil em que foi comunicado o aviso de denúncia.

Feito nas línguas portuguesa, inglesa e neerlandesa, fazendo igualmente fé qualquer dos textos. Caso exista alguma divergência de interpretação entre as diferentes versões linguísticas, prevalecerão os textos em língua inglesa.

Pela República Portuguesa:



Pelo Reino dos Países Baixos, relativamente às Antilhas Neerlandesas:



ANEXO

Artigo 7.º

Disposições relativas ao sigilo

1 — Todas as informações de que um Estado membro tome conhecimento em aplicação da presente directiva são consideradas secretas nesse Estado, do mesmo modo

que as informações obtidas em aplicação da sua legislação nacional. Em todo o caso, as referidas informações:

Serão facultadas só às pessoas directamente ligadas ao estabelecimento do imposto ou ao controlo administrativo do estabelecimento do imposto; Só serão divulgadas para efeitos do processo judicial, de processo penal ou de processo que implique a aplicação de sanções administrativas, instaurados para o estabelecimento ou o controlo do estabelecimento do imposto ou com eles relacionados, e unicamente às pessoas que intervenham directamente nesses processos; podem, todavia, divulgar-se as referidas informações no decurso de audiências públicas ou em julgamento, se a autoridade competente do Estado membro que presta as informações não apresentar objecções no momento em que presta as informações pela primeira vez;

Não serão utilizadas, em caso algum, para outros fins que não sejam fiscais ou para efeitos de processo judicial, de processo penal ou de processo que implique a aplicação de sanções administrativas, instaurados para o estabelecimento ou o controlo do estabelecimento do imposto, ou com ele relacionados.

Além disso, os Estados membros podem prever que as informações referidas no primeiro subparágrafo sejam utilizadas para o estabelecimento de outras quotizações, direitos e impostos a que se refere o artigo 2.º da Directiva n.º 76/308/CEE.

2 — O disposto no n.º 1 não impõe a um Estado membro, cuja legislação ou prática administrativa estabeleçam, para efeitos internos, limitações mais restritas do que as contidas no referido n.º 1, que forneça informações se o Estado interessado não se comprometer a respeitar tais restrições.

3 — Em derrogação do disposto no n.º 1, a autoridade competente do Estado membro que fornece as informações pode autorizar a utilização dessas informações para outros fins, no Estado requerente, desde que, de acordo com a sua própria legislação, a sua utilização seja possível para os mesmos fins, nas mesmas circunstâncias.

4 — Quando a autoridade competente de um Estado membro considere que as informações que obteve da autoridade competente de outro Estado membro são susceptíveis de serem úteis para a autoridade competente de um terceiro Estado membro, pode transmiti-las a esta última com o acordo da autoridade competente que as tenha fornecido.

AGREEMENT IN THE FORM OF AN EXCHANGE OF LETTERS ON THE TAXATION OF SAVINGS INCOME AND THE PROVISIONAL APPLICATION THEREOF.

A — Letter from the Portuguese Republic

Madam/Sir:

I have the honour to refer to the texts of respectively the Convention between the Kingdom of the Netherlands, in respect of the Netherlands Antilles, and Belgium, Austria and Luxembourg Concerning the Automatic Exchange of Information Regarding Savings Income in the Form of Interest Payments, the Con-

vention between the Kingdom of the Netherlands, in respect of the Netherlands Antilles and the EU member State, other than Belgium, Austria and Luxembourg Concerning the Automatic Exchange of Information Regarding Savings Income in the Form of Interest Payments, the Convention between the Kingdom of the Netherlands in respect of Aruba and the EU member State, other than Belgium, Austria and Luxembourg, Concerning the Automatic Exchange of Information Regarding Savings Income in the Form of Interest Payments and the Convention between the Kingdom of the Netherlands in respect of Aruba, and Belgium, Austria and Luxembourg, Concerning the Automatic Exchange of Information Regarding Savings Income in the Form of Interest Payments, that resulted from the negotiations with the Netherlands Antilles and Aruba on a savings tax agreement, and that were annexed, respectively as annex I, II, III and IV, to the Outcome of Proceedings of the High Level Working Party of the Council of Ministers of the European Union of 12th March (doc. 7660/04 FISC 68).

In view of the above mentioned texts, I have the honour to propose to you the Convention Concerning the Automatic Exchange of Information Regarding Savings Income in the Form of Interest Payments as contained in appendix no. 1 to this letter, and our mutual undertaking to comply at the earliest possible date with our internal constitutional formalities for the entry into force of this Convention and to notify each other without delay when such formalities are completed.

Pending the completion of these internal procedures and the entry into force of this Convention Concerning the Automatic Exchange of Information Regarding Savings Income in the Form of Interest Payments, I have the honour to propose to you that Portugal and the Netherlands Antilles apply this Convention provisionally, within the framework of our respective domestic constitutional requirements, as from 1st January 2005, or the date of application of Council Directive no. 2003/48/EC, of the 3rd June 2003, on taxation of savings income in the form of interest payments, whichever is later.

I have the honour to propose that, if the above is acceptable to your Government, this letter and your confirmation shall together constitute an agreement between Portugal and the Kingdom of the Netherlands in respect of the Netherlands Antilles.

Please accept, Madam/Sir, the assurance of our highest consideration.

For the Portuguese Republic:

Maria Manuela Dias Ferreira Leite, Minister of State and Finance.

Done at Lisbon, on 22nd June 2004, in the English language, in three copies.

B — Letter from the Netherlands Antilles

Sir:

I have the honour to acknowledge receipt of your letter of today's date, which reads as follows:

«Sir:

I have the honour to refer to the texts of respectively the Convention between the Kingdom of the Netherlands in respect of the Netherlands Antilles, and Belgium, Austria and Luxembourg Concerning the Auto-

matic Exchange of Information Regarding Savings Income in the Form of Interest Payments, the Convention Between the Kingdom of the Netherlands in respect of the Netherlands Antilles and the EU member State, other than Belgium, Austria and Luxembourg, Concerning the Automatic Exchange of Information Regarding Savings Income in the Form of Interest Payments, the Convention between the Kingdom of the Netherlands in respect of Aruba and the EU member State, other than Belgium, Austria and Luxembourg, Concerning the Automatic Exchange of Information Regarding Savings Income in the form of Interest Payments and the Convention between the Kingdom of the Netherlands in respect of Aruba and Belgium, Austria and Luxembourg, Concerning the Automatic Exchange of Information Regarding Savings Income in the Form of Interest Payments, that resulted from the negotiations with the Netherlands Antilles and Aruba on a Savings Tax Agreement, and that were annexed, respectively as annex I, II, III and IV, to the Outcome of Proceedings of the High Level Working Party of the Council of Ministers of the European Union of 12th March (doc. 7660/04 FISC 68).

In view of the above mentioned texts, I have the honour to propose to you the Convention Concerning the Automatic Exchange of Information Regarding Savings Income in the Form of Interest Payments as contained in appendix no. 1 to this letter, and our mutual undertaking to comply at the earliest possible date with our internal constitutional formalities for the entry into force of this Convention and to notify each other without delay when such formalities are completed.

Pending the completion of these internal procedures and the entry into force of this Convention Concerning the Automatic Exchange of Information Regarding Savings Income in the Form of Interest Payments, I have the honour to propose to you that Portugal and the Kingdom of the Netherlands in respect of the Netherlands Antilles apply this Convention provisionally, within the framework of our respective domestic constitutional requirements, as from 1st January 2005, or the date of application of Council Directive no. 2003/48/EC, of the 3rd June 2003, on taxation of savings income in the form of interest payments, whichever is later.

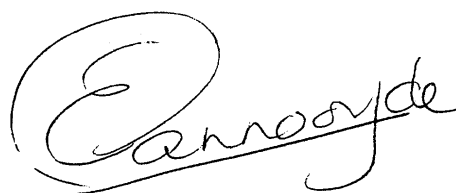
I have the honour to propose that, if the above is acceptable to your Government, this letter and your confirmation shall together constitute an agreement between Portugal and the Kingdom of the Netherlands in respect of the Netherlands Antilles.

Please accept, Sir, the assurance of our highest consideration.»

I am able to confirm that the Netherlands Antilles is in agreement with the contents of your letter.

Please accept, Sir, the assurance of my highest consideration.

For the Netherlands Antilles:



Done at The Hague, on 27th August 2004, in the English language, in three copies.

APPENDIX NO. 1

CONVENTION BETWEEN THE KINGDOM OF THE NETHERLANDS IN RESPECT OF THE NETHERLANDS ANTILLES AND THE PORTUGUESE REPUBLIC CONCERNING THE AUTOMATIC EXCHANGE OF INFORMATION REGARDING SAVINGS INCOME IN THE FORM OF INTEREST PAYMENTS.

Whereas:

1 — Article 17, 2, of Directive no. 2003/48/EEC («the directive»), of the Council of the European Union («the Council»), on taxation of savings income, provides that member States shall adopt and publish the laws, regulations and administrative provisions necessary to comply with the directive from 1st January 2005, provided that:

The Swiss Confederation, the Principality of Liechtenstein, the Republic of San Marino, the Principality of Monaco and the Principality of Andorra from that same date apply measures equivalent to those contained in the directive, in accordance with agreements entered into by them with the European Community, following unanimous decisions of the Council;

All agreements or other arrangements are in place, which provide that all the relevant dependent or associated territories apply from that date automatic exchange of information in the same manner as is provided for in chapter II of the directive, or, during the transitional period defined in article 10, apply a withholding tax on the same terms as are contained in articles 11 and 12.

2 — The Netherlands Antilles are not within the EU fiscal territory but are, for purposes of the directive, an EU associated territory and as such are not bound by the terms of the directive. However, the Kingdom of the Netherlands in respect of the Netherlands Antilles, on the basis of an agreement between the Netherlands Antilles and the Netherlands, is willing to enter into agreements with the member States of the EU to apply from 1st January 2005, a withholding tax on the same terms as are contained in articles 11 and 12 of the directive during the transitional period defined in article 10 thereof, and, after expiration of the transitional period, to apply automatic exchange of information in the same manner as is provided for in chapter II of the directive.

3 — The agreement between the Netherlands Antilles and the Netherlands, as stated in the previous paragraph, is contingent on the adoption by all the member States of the laws, regulations and administrative provisions necessary to comply with the directive and on the requirements of article 17 of the directive being met.

4 — Through this Convention, the Netherlands Antilles agrees to apply the provisions of the directive, subject to what is otherwise agreed herein, in regard of beneficial owners that are residents of Portugal and Portugal agrees to apply the directive in regard to beneficial owners that are residents of the Netherlands Antilles.

The Government of the Kingdom of the Netherlands in respect of the Netherlands Antilles and the Government of Portugal, desiring to conclude a convention which enables savings income in the form of interest payments made in one of the Contracting States to beneficial owners who are individuals resident in the other Contracting State, to be made subject to effective taxation in accordance with the laws of the latter Con-

tracting State, in conformity with the directive and with the intentions of the Contracting States as laid down herein above, have agreed as follows:

Article 1

General scope

1 — This Convention shall apply to interest paid by a paying agent established within the territory of one of the Contracting States with a view to enable savings income in the form of interest payments made in one Contracting State to beneficial owners who are individuals resident for tax purposes in the other Contracting State to be made subject to effective taxation in accordance with the laws of the latter Contracting State.

2 — The scope of this Convention shall be limited to taxation of savings income in the form of interest payments on debt claims, to the exclusion, inter alia, of the issues relating to the taxation of pension and insurance benefits.

3 — As regards the Kingdom of the Netherlands, this Agreement shall apply only to the Netherlands Antilles.

Article 2

Definitions

1 — For the purposes of this Convention, unless the context otherwise requires:

- a) The terms «a Contracting State» and «the other Contracting State» mean the Kingdom of the Netherlands in respect of the Netherlands Antilles or Portugal as the context requires;
- b) The Netherlands Antilles mean that part of the Kingdom of the Netherlands that is situated in the Caribbean area and consists of the Island territories of Bonaire, Curaçao, Saba, St. Eustatius and the Dutch part of St. Maarten;
- c) The «Contracting Party» being a member State of the European Union means Portugal;
- d) The term «directive» means Directive no. 2003/48/EC, of the Council of the European Union, of the 3rd June 2003 on taxation of savings income in the form of interest payments, as applicable at the date of signing this Convention;
- e) The term «beneficial owner(s)» means the beneficial owner(s) according to article 2 of the directive;
- f) The term «Paying agent(s)» means the paying agent(s) according to article 4 of the directive;
- g) The term «competent authority» means:
 - i) In the case of the Netherlands Antilles: the Minister of Finance or his authorised representative;
 - ii) In the case of Portugal: the competent authority of that State according to article 5 of the directive;
- h) The term «interest payment(s)» means the interest payment(s) according to article 6, due account being taken of article 15, of the directive;
- i) Any term not otherwise defined herein shall have the meaning given to it in the directive.

2 — For the purposes of this Convention, in the provisions of the directive to which this Convention refers, instead of «member States» has to be read Contracting States.

Article 3

Identity and residence of beneficial owners

Each Contracting State shall, within its territory, adopt and ensure the application of the procedures necessary to allow the paying agent to identify the beneficial owners and their residence for the purpose of the articles 4 to 6. These procedures shall comply with the minimum standards established in article 3, paragraphs 2 and 3, of the directive, with the provision, that, in regard to the Netherlands Antilles, in relation to subparagraphs 2, a), and 3, a), of that article, the identity and residence of the beneficial owner shall be established on the basis of the information which is available to the paying agent by virtue of the application of the relevant provisions of Netherlands Antilles law and regulations. However, existing exemptions or dispensations, if any, provided on request to beneficial owners resident in Portugal under these provisions shall cease to apply and no further exemptions or dispensations of this nature shall be provided to such beneficial owners.

Article 4

Automatic exchange of information

1 — The competent authority of the Contracting State where the paying agent is established shall communicate the information referred to in article 8 of the directive to the competent authority of the other Contracting State of residence of the beneficial owner.

2 — The communication of information shall be automatic and shall take place at least once a year, within six months following the end of the tax year of the Contracting State of the paying agent, for all interest payments made during that year.

3 — Information exchange under this Convention shall be treated by the Contracting States in a manner consistent with the provisions of article 7 of Directive no. 77/799/EEC.

Article 5

Transitional provisions

1 — During the transitional period referred to in article 10 of the directive, where the beneficial owner is resident in Portugal and the paying agent is resident in the Netherlands Antilles, the Netherlands Antilles shall levy a withholding tax on interest payments at a rate of 15 % during the first three years of the transitional period, 20 % for the subsequent three years and 35 % thereafter. During this period, the Netherlands Antilles shall not be required to apply the provisions of article 4. It shall, however, receive information from Portugal in accordance with that article.

2 — The paying agent shall levy the withholding tax in the manner as described in article 11, paragraphs 2 and 3, of the directive.

3 — The imposition of withholding tax by the Netherlands Antilles shall not preclude Portugal from taxing the income in accordance with its national law.

4 — During the transitional period, the Netherlands Antilles may provide that an economic operator paying interest to, or securing interest for, an entity referred to in article 4, paragraph 2, of the directive, established in Portugal shall be considered the paying agent in place of the entity and shall levy the withholding tax on that interest, unless the entity has formally agreed to its name, address and the total amount of interest paid to it or secured for it being communicated in accordance with the last subparagraph of that paragraph.

5 — At the end of the transitional period, the Netherlands Antilles shall be required to apply the provisions of article 4 and shall cease to apply the withholding tax and the revenue sharing provided for in articles 5 and 6. If, during the transitional period, the Netherlands Antilles elects to apply the provisions of article 4, it shall no longer apply the withholding tax and the revenue sharing provided for in articles 5 and 6.

Article 6

Revenue sharing

1 — The Netherlands Antilles shall retain 25 % of the revenue of the withholding tax mentioned in article 5, paragraph 1, and transfer 75 % of the revenue to Portugal.

2 — If the Netherlands Antilles levies withholding tax in accordance with article 5, paragraph 4, the Netherlands Antilles shall retain 25 % of the revenue and transfer 75 % to Portugal of the revenue of the withholding tax levied on interest payments made to entities referred to in article 4, paragraph 2, of the directive, established in Portugal.

3 — Such transfers shall take place at the latest within a period of six months following the end of the tax year of the Netherlands Antilles.

4 — The Netherlands Antilles shall take the necessary measures to ensure the proper functioning of this revenue-sharing system.

Article 7

Exceptions to the withholding procedure

1 — The Netherlands Antilles shall provide for one or both of the procedures of article 13, paragraph 1, of the directive in order to ensure that the beneficial owners may request that no tax be withheld.

2 — At the request of the beneficial owner, the competent authority of his Contracting State of residence for tax purposes shall issue a certificate in accordance with article 13, paragraph 2, of the directive.

Article 8

Elimination of double taxation

Portugal shall ensure the elimination of any double taxation which might result from the imposition of the withholding tax referred to in article 5, in accordance with the provisions of article 14, paragraphs 2 and 3, of the directive or will provide a refund of the withholding tax.

Article 9

Other withholding taxes

The Convention shall not preclude the Contracting States from levying other types of withholding tax than that referred to in article 5 in accordance with their national laws or double-taxation conventions.

Article 10

Transposition

Before 1st January 2005 the Contracting States shall adopt and publish the laws, regulations and administrative provisions necessary to comply with this Convention.

Article 11

Annex

The texts of the directive and of article 7 of Directive no. 77/799/EEC, of the Council of the European Union, of the 19th December 1977, concerning mutual assistance by the competent authorities of the member States in the field of direct and indirect taxation, as applicable at the date of signing this Convention and to which this Convention refers, are appended as an annex to, and form an integral part of, this Convention. The text of article 7 of Directive no. 77/799/EEC in this annex shall be replaced by the text of the said article in the revised Directive no. 77/799/EEC if this revised directive enters into force before the date from which the provisions of this Convention shall take effect.

Article 12

Entry into force

This Convention shall enter into force on the thirtieth day after the latter of the dates on which the respective Governments have notified each other in writing that the formalities constitutionally required in their respective States have been complied with, and its provisions shall have effect from the date from which the directive is applicable according to article 17, paragraphs 2 and 3, of the directive.

Article 13

Termination

This Convention shall remain in force until terminated by one of the Contracting States. Either State may terminate the Convention, through diplomatic channels, by giving notice of termination at least six months before the end of any calendar year after the expiration of a period of three years from the date of its entry into force. In such event the Convention shall cease to have effect for periods beginning after the end of the calendar year in which the notice of termination has been given.

Done in the Portuguese, English and Dutch languages, all texts being equally authentic. In case there is any divergence of interpretation between the different language versions of the texts, the English text shall prevail.

For the Portuguese Republic:

For the Kingdom of the Netherlands in respect of the Netherlands Antilles:

ANNEX

Article 7

Provisions relating to secrecy

1 — All information made known to a member State under this directive shall be kept secret in that State in the same manner as information received under its national legislation. In any case, such information:

May be made available only to the persons directly involved in the assessment of the tax or in the administrative control of this assessment;

May be made known only in connection with judicial proceedings or administrative proceedings involving sanctions undertaken with a view to, or relating to, the making or reviewing the tax assessment and only to persons who are directly involved in such proceedings; such information may, however, be disclosed during public hearings or in judgements if the competent authority of the member State supplying the information raises no objection;

Shall in no circumstances be used other than for taxation purposes or in connection with judicial proceedings or administrative proceedings involving sanctions undertaken with a view to, or in relation to, the making or reviewing of the tax assessment.

In addition, member States may provide for the information referred to in the first subparagraph to be used for assessment of other levies, duties and taxes covered by article 2 of Directive no. 76/308/EEC.

2 — Paragraph 1 shall not oblige a member State whose legislation or administrative practice lays down, for domestic purposes, narrower limits than those contained in the provisions of that paragraph, to provide information if the State concerned does not undertake to respect those narrower limits.

3 — Notwithstanding paragraph 1, the competent authorities of the member State providing the information may permit it to be used for other purposes in the requesting State, if, under the legislation of the informing State, the information could, in similar circumstances, be used in the informing State for similar purposes.

4 — Where a competent authority of a member State considers that information which it has received from the competent authority of another member State is likely to be useful to the competent authority of a third member State, it may transmit it to the latter competent authority with the agreement of the competent authority which supplied the information.

OVEREENKOMST IN DE VORM VAN EEN BRIEFWISSELING BETREFFENDE BELASTINGHEFFING OP INKOMSTEN UIT SPAARGELDEN EN DE VOORLOPIGE TOEPASSING ERVAN.

A — Brief van de Portugese Republiek

Mevrouw/Mijnheer:

Ik heb de eer te verwijzen naar de teksten van, respectievelijk, de Overeenkomst tussen het Koninkrijk der Nederlanden ten behoeve van de Nederlandse Antillen en (België, Oostenrijk of Luxemburg) betreffende automatische gegevensuitwisseling inzake inkomsten uit spaar-

gelden in de vorm van rentebetaling, de Overeenkomst tussen het Koninkrijk der Nederlanden ten behoeve van de Nederlandse Antillen en (andere EU-lidstaat dan België, Oostenrijk en Luxemburg) betreffende automatische gegevensuitwisseling inzake inkomsten uit spaargelden in de vorm van rentebetaling, de Overeenkomst tussen het Koninkrijk der Nederlanden ten behoeve van Aruba en (andere EU-lidstaat dan België, Oostenrijk en Luxemburg) betreffende automatische gegevensuitwisseling inzake inkomsten uit spaargelden in de vorm van rentebetaling en de Overeenkomst tussen het Koninkrijk der Nederlanden ten behoeve van en (België, Oostenrijk of Luxemburg) betreffende automatische gegevensuitwisseling inzake inkomsten uit spaargelden in de vorm van rentebetaling. Deze teksten, die het resultaat zijn van de onderhandelingen die met de Nederlandse Antillen en Aruba zijn gevoerd over een overeenkomst inzake belastingheffing op inkomsten uit spaargelden, zijn respectievelijk als bijlage I, II, III en IV toegevoegd aan het resultaat van de besprekingen van de Groep op hoog niveau van de Raad van Ministers van de Europese Unie van 12 maart (doc. 7660/04 FISC 68).

In het licht van de bovengenoemde teksten heb ik de eer u de Overeenkomst betreffende automatische gegevensuitwisseling inzake inkomsten uit spaargelden in de vorm van rentebetaling in aanhangsel 1 bij deze brief voor te stellen, en in overweging te geven dat wij er ons wederzijds toe verbinden zo spoedig mogelijk de interne grondwettelijke formaliteiten voor de inwerkingtreding van deze Overeenkomst te vervullen en elkaar onverwijld van de voltooiing daarvan in kennis te stellen.

In afwachting van de voltooiing van deze interne procedures en van de inwerkingtreding van deze Overeenkomst betreffende automatische gegevensuitwisseling inzake inkomsten uit spaargelden in de vorm van rentebetaling, stel ik u voor dat Portugal en het Koninkrijk der Nederlanden ten behoeve van de Nederlandse Antillen deze Overeenkomst, binnen de grenzen van onze respectieve binnenlandse grondwettelijke voorschriften, reeds voorlopig zouden toepassen vanaf 1 januari 2005 of vanaf het tijdstip waarop Richtlijn 2003/48/EEG van de Raad van 3 juni 2003 betreffende belastingheffing op inkomsten uit spaargelden in de vorm van rentebetaling wordt toegepast, indien dit tijdstip later valt.

Ik stel hierbij voor dat, indien het bovenstaande voor uw regering aanvaardbaar is, deze brief en uw bevestiging tezamen een overeenkomst vormen tussen Portugal en het Koninkrijk der Nederlanden ten behoeve van de Nederlandse Antillen.

Hoogachtend.

Voor de Portugese Republiek:

Maria Manuela Dias Ferreira Leite.

Gedaan te Lisboa, op 22 Jun 2004, in drie exemplaren.

B — Brief van de Nederlandse Antillen

Mijnheer:

Ik heb de eer u de ontvangst te bevestigen van uw brief van heden, welke als volgt luidt:

«Mijnheer:

Ik heb de eer te verwijzen naar de teksten van, respectievelijk, de Overeenkomst tussen het Koninkrijk der Nederlanden ten behoeve van de Nederlandse Antillen en (België, Oostenrijk of Luxemburg) betreffende automatische gegevensuitwisseling inzake inkomsten uit

spaargelden in de vorm van rentebetaling, de Overeenkomst tussen het Koninkrijk der Nederlanden ten behoeve van de Nederlandse Antillen en (andere EU-lidstaat dan België, Oostenrijk en Luxemburg) betreffende automatische gegevensuitwisseling inzake inkomsten uit spaargelden in de vorm van rentebetaling, de Overeenkomst tussen het Koninkrijk der Nederlanden ten behoeve van Aruba en (andere EU-lidstaat dan België, Oostenrijk en Luxemburg) betreffende automatische gegevensuitwisseling inzake inkomsten uit spaargelden in de vorm van rentebetaling en de Overeenkomst tussen het Koninkrijk der Nederlanden ten behoeve van Aruba en (België, Oostenrijk of Luxemburg) betreffende automatische gegevensuitwisseling inzake inkomsten uit spaargelden in de vorm van rentebetaling. Deze teksten, die het resultaat zijn van de onderhandelingen die met de Nederlandse Antillen en Aruba zijn gevoerd over een overeenkomst inzake belastingheffing op inkomsten uit spaargelden, zijn respectievelijk als bijlage I, II, III en IV toegevoegd aan het resultaat van de besprekingen van de Groep op hoog niveau van de Raad van Ministers van de Europese Unie van 12 maart (doc. 7660/04 FISC 68).

In het licht van de bovengenoemde teksten heb ik de eer u de Overeenkomst betreffende automatische gegevensuitwisseling inzake inkomsten uit spaargelden in de vorm van rentebetaling in aanhangsel 1 bij deze brief voor te stellen, en in overweging te geven dat wij er ons wederzijds toe verbinden zo spoedig mogelijk de interne grondwettelijke formaliteiten voor de inwerkingtreding van deze Overeenkomst te vervullen en elkaar onverwijld van de voltooiing daarvan in kennis te stellen.

In afwachting van de voltooiing van deze interne procedures en van de inwerkingtreding van deze Overeenkomst betreffende automatische gegevensuitwisseling inzake inkomsten uit spaargelden in de vorm van rentebetaling, stel ik u voor dat Portugal en het Koninkrijk der Nederlanden ten behoeve van de Nederlandse Antillen deze Overeenkomst, binnen de grenzen van onze respectieve binnenlandse grondwettelijke voorschriften, reeds voorlopig zouden toepassen vanaf 1 januari 2005 of vanaf het tijdstip waarop Richtlijn 2003/48/EEG van de Raad van 3 juni 2003 betreffende belastingheffing op inkomsten uit spaargelden in de vorm van rentebetaling wordt toegepast, indien dit tijdstip later valt.

Ik stel hierbij voor dat, indien het bovenstaande voor uw regering aanvaardbaar is, deze brief en uw bevestiging tezamen een overeenkomst vormen tussen Portugal en het Koninkrijk der Nederlanden ten behoeve van de Nederlandse Antillen.

Hoogachtend.»

Ik heb de eer u te bevestigen dat de inhoud van deze brief voor de Nederlandse Antillen aanvaardbaar is. Hoogachtend.

Voor de Nederlandse Antillen:



Gedaan te Den Haag, op 27.8.2004, in drie exemplaren.

OVEREENKOMST TUSSEN HET KONINKRIJK DER NEDERLANDEN, TEN BEHOEVE VAN DE NEDERLANDSE ANTILLEN, EN DE PORTUGESE REPUBLIEK BETREFFENDE AUTOMATISCHE GEGEVENSUITWISSELING INZAKE INKOMSTEN UIT SPAARGELDEN IN DE VORM VAN RENTEBETALING.

Overwegende hetgeen volgt:

1 — Artikel 17, lid 2, van Richtlijn 2003/48/EG (hierna genoemd «de richtlijn») van de Raad van de Europese Unie (hierna genoemd «de Raad») betreffende belastingheffing op inkomsten uit spaargelden in de vorm van rentebetaling bepaalt dat de lidstaten de wettelijke en bestuursrechtelijke bepalingen vaststellen en bekendmaken die nodig zijn om te voldoen aan deze richtlijn, waarvan de bepalingen vanaf 1 januari 2005 worden toegepast mits:

De Zwitserse Bondsstaat, het Vorstendom Liechtenstein, de Republiek San Marino, het Vorstendom Monaco en het Vorstendom Andorra vanaf diezelfde datum maatregelen toepassen die gelijkwaardig zijn aan de maatregelen waarin de richtlijn voorziet, zulks overeenkomstig de overeenkomsten die zij met de Europese Gemeenschap hebben gesloten na met eenparigheid van stemmen genomen besluiten van de Raad;

Alle overeenkomsten of andere regelingen van kracht zijn waarin wordt bepaald dat alle betrokken afhankelijke of geassocieerde gebieden vanaf die datum automatische gegevensuitwisseling toepassen zoals voorgeschreven in hoofdstuk II van de richtlijn (of tijdens de in artikel 10 bepaalde overgangperiode een bronbelasting toepassen die strookt met de in artikelen 11 en 12 vervatte voorwaarden).

2 — De Nederlandse Antillen liggen niet in het belastinggebied van de Europese Unie maar zijn voor de toepassing van de richtlijn een met de Europese Unie geassocieerd gebied en als zodanig niet aan het bepaalde in de richtlijn gebonden. Het Koninkrijk der Nederlanden is evenwel bereid om ten behoeve van de Nederlandse Antillen, op basis van een overeenkomst tussen de Nederlandse Antillen en Nederland, met de lidstaten van de Europese Unie overeenkomsten te sluiten, houdende dat vanaf 1 januari 2005 tijdens de in artikel 10 van de richtlijn vastgestelde overgangperiode een bronbelasting wordt toegepast die strookt met de in artikelen 11 en 12 van de richtlijn vervatte voorwaarden en na het verstrijken van de overgangperiode automatische gegevensuitwisseling wordt toegepast zoals voorgeschreven in hoofdstuk II van de richtlijn.

3 — De in het vorige punt bedoelde overeenkomst tussen de Nederlandse Antillen en Nederland geldt op voorwaarde dat de lidstaten de wettelijke en bestuursrechtelijke bepalingen hebben vastgesteld die nodig zijn om te voldoen aan de richtlijn en dat aan de voorschriften van artikel 17 van de richtlijn is voldaan.

4 — Door middel van de onderhavige overeenkomst stemmen de Nederlandse Antillen ermee in de bepalingen van de richtlijn met betrekking tot uiteindelijk gerechtigden met woonplaats in Portugal toe te passen, onverminderd hetgeen overigens hierin is bepaald, en Portugal stemt ermee in de richtlijn toe te passen met betrekking tot uiteindelijk gerechtigden met woonplaats in de Nederlandse Antillen.

De Regering van het Koninkrijk der Nederlanden, ten behoeve van de Nederlandse Antillen, en de Regering van Portugal, geleid door de wens een overeenkomst te sluiten die het mogelijk maakt dat inkomsten uit

spaargelden in de vorm van rentebetaling die in een van de overeenkomstsluitende staten worden verricht aan uiteindelijk gerechtigden die een natuurlijke persoon zijn en hun woonplaats in de andere overeenkomstsluitende staat hebben, effectief worden belast overeenkomstig het recht van laatstgenoemde overeenkomstsluitende staat, in overeenstemming met de richtlijn en met de hierboven door de overeenkomstsluitende staten geuite voornemens, zijn het volgende overeengekomen:

Artikel 1

Toepassingsgebied

1 — Deze overeenkomst is van toepassing op rentebetalingen die door een op het grondgebied van een van de overeenkomstsluitende staten gevestigde uitbetalende instantie worden verricht met als doel het mogelijk te maken dat inkomsten uit spaargelden in de vorm van rentebetalingen welke in een overeenkomstsluitende staat worden verricht aan uiteindelijk gerechtigden die een natuurlijke persoon zijn en hun woonplaats in de andere overeenkomstsluitende staat hebben, effectief worden belast overeenkomstig het nationale recht van de laatstgenoemde overeenkomstsluitende staat.

2 — De werkingssfeer van deze overeenkomst is beperkt tot belastingheffing op inkomsten uit spaargelden in de vorm van rente uit hoofde van schuldverdragen; vraagstukken in verband met de fiscale behandeling van, onder meer, pensioenen en verzekeringsuitkeringen vallen buiten de werkingssfeer van deze overeenkomst.

3 — Wat het Koninkrijk der Nederlanden betreft, geldt deze overeenkomst alleen voor de Nederlandse Antillen.

Artikel 2

Definities

1 — Voor de toepassing van deze overeenkomst wordt, tenzij de context anders vereist, verstaan onder:

- a) «Een overeenkomstsluitende staat» en «de andere overeenkomstsluitende staat»: het Koninkrijk der Nederlanden ten behoeve van de Nederlandse Antillen of Portugal, naargelang de context;
- b) «De Nederlandse Antillen»: het gedeelte van het Koninkrijk der Nederlanden dat in het Caribische gebied is gelegen en bestaat uit de eilandgebieden Bonaire, Curaçao, Saba, Sint-Eustatius en het Nederlandse deel van Sint-Maarten;
- c) De overeenkomstsluitende staat zijnde lidstaat van de Europese Unie is: Portugal;
- d) «Richtlijn»: Richtlijn 2003/48/EG van de Raad van 3 juni 2003 betreffende belastingheffing op inkomsten uit spaargelden in de vorm van rentebetaling, zoals van toepassing op de datum van ondertekening van deze overeenkomst;
- e) «Uiteindelijk gerechtigde(n)»: uiteindelijk gerechtigde(n) in de zin van artikel 2 van de richtlijn;
- f) «Uitbetalende instantie(s)»: uitbetalende instantie(s) in de zin van artikel 4 van de richtlijn;
- g) «Bevoegde autoriteit»:
 - i) In het geval van de Nederlandse Antillen: de minister van Financiën of zijn bevoegde vertegenwoordiger;
 - ii) In het geval van Portugal: de bevoegde autoriteit van die staat in de zin van artikel 5 van de richtlijn;

- h) «Rentebetaling(en)»: rentebetaling(en) in de zin van artikel 6 van de richtlijn, met inachtneming van artikel 15 van de richtlijn;
- i) Aan niet anderszins omschreven termen wordt de betekenis gehecht die in de richtlijn daaraan wordt gegeven.

2 — Voor de toepassing van de overeenkomst wordt in de bepalingen van de richtlijn waarnaar in deze overeenkomst wordt verwezen in plaats van «lidstaten» gelezen: overeenkomstsluitende staten.

Artikel 3

Identiteit en woonplaats van de uiteindelijk gerechtigde

Voor de toepassing van de artikelen 4 tot en met 6 bepaalt elke overeenkomstsluitende staat de procedures die nodig zijn om de uitbetalende instantie in staat te stellen de identiteit en woonplaats van de uiteindelijk gerechtigde vast te stellen en draagt zorg voor de toepassing van deze procedures binnen zijn grondgebied. Deze procedures voldoen aan de minimumnormen van artikel 3, leden 2 en 3, van de richtlijn, met dien verstande dat, ten behoeve van de Nederlandse Antillen, wat betreft het bepaalde in lid 2, onder a), en in lid 3, onder a), de identiteit en de woonplaats van de uiteindelijk gerechtigde worden vastgesteld op grond van de informatie waarover de uitbetalende instantie krachtens de toepassing van de desbetreffende wettelijke en bestuursrechtelijke bepalingen van de Nederlandse Antillen beschikt. De bestaande vrijstellingen of ontheffingen die in voorkomend geval op verzoek aan uiteindelijk gerechtigden met woonplaats in Portugal zijn verleend, zijn evenwel niet langer van toepassing en aan die uiteindelijk gerechtigden worden geen verdere vrijstellingen of ontheffingen van dien aard verleend.

Artikel 4

Automatische gegevensuitwisseling

1 — De bevoegde autoriteit van de overeenkomstsluitende staat van de uitbetalende instantie verstrekt de in artikel 8 van de richtlijn bedoelde gegevens aan de bevoegde autoriteit van de andere overeenkomstsluitende staat waar de uiteindelijk gerechtigde zijn woonplaats heeft.

2 — De gegevensverstrekking gebeurt automatisch en ten minste eenmaal per jaar, binnen zes maanden na afloop van het belastingjaar van de overeenkomstsluitende staat van de uitbetalende instantie, voor alle gedurende dat jaar verrichte rentebetalingen.

3 — De overeenkomstsluitende staten behandelen de gegevensuitwisseling uit hoofde van deze overeenkomst op een wijze die strookt met het bepaalde in artikel 7 van Richtlijn 77/799/EEG.

Artikel 5

Overgangsbepalingen

1 — Indien de uiteindelijk gerechtigde van de rente woonachtig is in Portugal en de uitbetalende instantie in de Nederlandse Antillen is gevestigd, heffen de Nederlandse Antillen gedurende de in artikel 10 van de richtlijn bedoelde overgangperiode bronbelasting, gedurende de eerste drie jaar van de overgangperiode tegen een tarief van 15 %, gedurende de volgende drie jaar tegen een tarief van 20 %, en daarna tegen een

tarief van 35 %. Gedurende deze periode zijn de Nederlandse Antillen niet gehouden de bepalingen van artikel 4 toe te passen. De Nederlandse Antillen ontvangen echter gegevens van Portugal overeenkomstig dat artikel.

2 — De uitbetalende instantie houdt de bronbelasting in op de wijze als omschreven in artikel 11, leden 2 en 3, van de richtlijn.

3 — Het opleggen van bronbelasting door de Nederlandse Antillen belet Portugal niet de inkomsten te belasten overeenkomstig het nationale recht van Portugal.

4 — Tijdens de overgangperiode kunnen de Nederlandse Antillen bepalen dat een marktdeelnemer die rente uitbetaalt of een rentebetaling bewerkstelligt voor een in Portugal gevestigde entiteit als bedoeld in artikel 4, lid 2, van de richtlijn, wordt aangemerkt als de uitbetalende instantie in plaats van de entiteit, en heft hij de bronbelasting op die rente, tenzij de entiteit formeel heeft aanvaard dat haar naam en adres alsmede het totale bedrag van de rentebetaling die aan haar is verricht of voor haar is bewerkstelligd, worden meegedeeld overeenkomstig de laatste alinea van artikel 4, lid 2.

5 — Aan het einde van de overgangperiode zullen de Nederlandse Antillen worden gevraagd de bepalingen van artikel 4 toe te passen en zullen de Nederlandse Antillen niet langer bronbelasting en verdeling van belastingopbrengsten als bedoeld in de artikelen 5 en 6 toepassen. Als de Nederlandse Antillen er tijdens de overgangperiode voor kiest de bepalingen van artikel 4 toe te passen, zullen zij niet langer bronbelasting en verdeling van belastingopbrengsten als bedoeld in de artikelen 5 en 6 toepassen.

Artikel 6

Verdeling van belastingopbrengsten

1 — De Nederlandse Antillen behouden 25 % van de opbrengsten van de bronbelasting als bedoeld artikel 5, lid 1, en dragen 75 % van de opbrengsten over aan Portugal.

2 — Indien de Nederlandse Antillen overeenkomstig artikel 5, lid 4, bronbelasting heffen, behouden zij 25 % van de opbrengsten van de bronbelasting geheven op rentebetalingen aan in Portugal gevestigde entiteiten als bedoeld in artikel 4, lid 2, van de richtlijn en dragen 75 % over aan Portugal.

3 — Die overdrachten vinden uiterlijk plaats in de zes maanden volgende op het eind van het belastingjaar van de Nederlandse Antillen.

4 — De Nederlandse Antillen treffen de maatregelen die nodig zijn om het systeem voor de verdeling van de belastingopbrengsten correct te doen functioneren.

Artikel 7

Uitzonderingen op de procedure van bronbelasting

1 — De Nederlandse Antillen voorzien in één van beide of beide procedures van artikel 13, lid 1, van de richtlijn om te verzekeren dat uiteindelijk gerechtigden een verzoek kunnen indienen tot het niet-inhouden van bronbelasting.

2 — Op verzoek van de uiteindelijk gerechtigde geeft de bevoegde autoriteit van de overeenkomstsluitende staat waar deze zijn fiscale woonplaats heeft een verklaring af overeenkomstig artikel 13, lid 2, van de richtlijn.

Artikel 8

Voorkomen van dubbele belasting

Portugal zorgt ervoor dat het heffen van bronbelasting als bedoeld in artikel 5 niet leidt tot dubbele belasting, overeenkomstig het bepaalde in artikel 14, leden 2 en 3, van de richtlijn, of zorgt voor restitutie van de bronbelasting.

Artikel 9

Andere bronbelastingen

De overeenkomst belet de overeenkomstsluitende staten niet om, naast de bronbelasting als bedoeld in artikel 5, overeenkomstig hun nationale wetten en verdragen tot voorkoming van dubbele belasting, ook andere bronbelastingen te heffen.

Artikel 10

Omzetting

De overeenkomstsluitende staten dienen vóór 1 januari 2005 de wettelijke en bestuursrechtelijke bepalingen vast te stellen en bekend te maken die nodig zijn om aan deze overeenkomst te voldoen.

Artikel 11

Bijlage

De teksten van de richtlijn en van artikel 7 van Richtlijn 77/799/EEG van de Raad van 19 december 1977 betreffende de wederzijdse bijstand van de bevoegde autoriteiten van de lidstaten op het gebied van de directe en indirecte belastingen, zoals die van toepassing zijn op de datum van ondertekening van deze overeenkomst en waarnaar in deze overeenkomst wordt verwezen, zijn als bijlage aan deze overeenkomst gehecht en maken integraal deel daarvan uit. De tekst van artikel 7 van Richtlijn 77/799/EEG in deze bijlage wordt vervangen door de tekst van dat artikel in de gewijzigde Richtlijn 77/799/EEG indien deze gewijzigde richtlijn in werking treedt vóór de datum waarop de bepalingen van deze overeenkomst van kracht worden.

Artikel 12

Inwerkingtreding

Deze overeenkomst treedt in werking op de dertigste dag na de laatste van de data waarop de respectieve regeringen elkaar er van in kennis hebben gesteld dat de in hun respectieve staten voorgeschreven grondwettelijke formaliteiten zijn vervuld en de bepalingen ervan vinden toepassing op de datum vanaf welke de richtlijn overeenkomstig artikel 17, leden 2 en 3, van de richtlijn van toepassing is.

Artikel 13

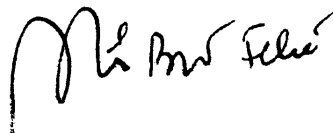
Beëindiging

Deze overeenkomst blijft van kracht totdat zij door een van beide overeenkomstsluitende staten wordt beëindigd. Elke overeenkomstsluitende staat kan de overeenkomst langs diplomatieke weg beëindigen door ten minste zes maanden voor het einde van enig kalenderjaar na het verstrijken van een tijdvak van drie jaar na de datum van inwerkingtreding van de overeenkomst kennis te geven van beëindiging. In dat geval houdt de

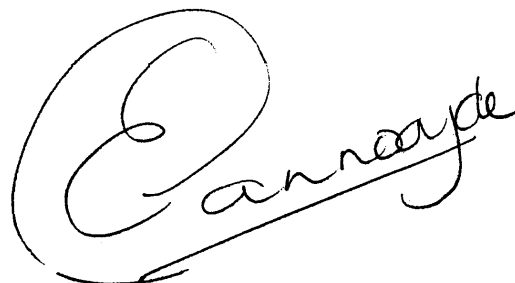
overeenkomst op van toepassing te zijn voor tijdvakken die aanvangen na het einde van het kalenderjaar waarin de kennisgeving van beëindiging is gegeven.

Deze overeenkomst is opgesteld in Portugese, de Engelse en de Nederlandse taal, alle teksten zijnde gelijkelijk authentiek. In geval van verschil van interpretatie tussen de teksten in de verschillende talen, is de Engelse tekst doorslaggevend.

Voor de Portugese Republiek:



Voor het Koninkrijk der Nederlanden ten behoeve van de Nederlandse Antillen:



BIJLAGE

Artikel 7

Geheimhouding

1 — Alle inlichtingen waarover een lidstaat uit hoofde van deze richtlijn beschikt, worden in deze lidstaat geheim gehouden op dezelfde wijze als geschiedt met de gegevens die deze lidstaat verkrijgt uit hoofde van de eigen nationale wetgeving. Hoe dan ook mogen deze inlichtingen:

Alleen aan die personen ter kennis worden gebracht die bij de vaststelling van de belastingsschuld of bij de administratieve controle in verband met de vaststelling van de belastingsschuld rechtstreeks betrokken zijn;

Alleen worden onthuld in gerechtelijke procedures of in procedures waarbij administratieve sancties worden toegepast, ingesteld met het oog op of in verband met de vaststelling van of de controle inzake de vaststelling van de belastingsschuld, en alleen aan die personen die rechtstreeks bij deze procedures betrokken zijn; deze inlichtingen mogen echter tijdens openbare rechtszittingen of bij rechterlijke uitspraken worden vermeld, indien de bevoegde autoriteit van de lidstaat die de inlichtingen verstrekt, daar geen bezwaar tegen maakt op het moment dat zij de inlichtingen in eerste instantie verstrekt;

In geen geval worden gebruikt voor andere doeleinden dan fiscale doeleinden of gerechtelijke procedures of procedures waarbij administratieve sancties worden toegepast, ingesteld met het oog op of in verband met de vaststelling van of de controle inzake de vaststelling van de belastingsschuld.

Bovendien kan door de lidstaten worden bepaald dat de in de eerste alinea bedoelde inlichtingen mogen wor-

den gebruikt om andere heffingen, rechten en belastingen vast te stellen die vallen onder artikel 2 van Richtlijn 76/308/EEG.

2 — Het bepaalde in lid 1 houdt niet in dat een Lid-Staat waarvan de wetgeving of de administratieve praktijk voor nationale doeleinden verdergaande beperkingen bevatten dan die welke in dit lid zijn vervat, gehouden is tot het verstrekken van inlichtingen indien de Staat waar-voor deze zijn bestemd, zich niet verbindt deze verdergaande beperkingen in achtte nemen.

3 — In afwijking van het bepaalde in lid 1 kan de bevoegde autoriteit van de inlichtingen verstreckende Lid-Staat toestaan dat in de Lid-Staat die de inlichtingen ontvangt, deze ook voor andere doeleinden worden gebruikt, indien de wetgeving van de inlichtingen verstreckende Lid-Staat in het eigen land een gelijksoortig gebruik onder overeenkomstige omstandigheden toestaat.

4 — Wanneer de bevoegde autoriteit van een Lid-Staat van mening is dat de inlichtingen die zij van de bevoegde autoriteit van een andere Lid-Staat heeft ontvangen, van nut kunnen zijn voor de bevoegde autoriteit van een derde Lid-Staat, kan zij de betrokken inlichtingen met toestemming van de bevoegde autoriteit die de inlichtingen heeft verstrekt, doorgeven aan de bevoegde autoriteit van laatstbedoelde Lid-Staat.

Resolução da Assembleia da República n.º 35/2006

Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e o Território Associado dos Países Baixos de Aruba, por troca de cartas, respectivamente de 22 de Junho e de 11 de Setembro de 2004, Relativo à Tributação dos Rendimentos da Poupança e à Respectiva Aplicação Provisória.

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea i) do artigo 161.º e do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, aprovar o Acordo entre a República Portuguesa e o Território Associado dos Países Baixos de Aruba, por troca de cartas, respectivamente de 22 de Junho e de 11 de Setembro de 2004, Relativo à Tributação dos Rendimentos da Poupança e à Respectiva Aplicação Provisória, cujos texto, apêndice n.º 1 e anexo, nas versões autenticadas nas línguas portuguesa, inglesa e neerlandesa, se publicam em anexo.

Aprovada em 26 de Janeiro de 2006.

O Presidente da Assembleia da República, *Jaime Gama*.

ACORDO SOB FORMA DE TROCA DE CARTAS RELATIVO À TRIBUTAÇÃO DOS RENDIMENTOS DA POUPANÇA E À RESPECTIVA APLICAÇÃO PROVISÓRIA.

A — Carta da República Portuguesa

Ex.^{mo} Senhor:

Tenho a honra de remeter para os textos da Convenção entre o Reino dos Países Baixos, relativamente às Antilhas Neerlandesas, e a Bélgica, a Áustria e o Luxemburgo, sobre a Troca Automática de Informação em Matéria de Rendimentos da Poupança sob a Forma de Juros, da Convenção entre o Reino dos Países Baixos, relativamente às Antilhas Neerlandesas, e o Estado membro da UE, que não a Bélgica, a Áustria ou o Luxemburgo, sobre a Troca Automática de Informação em Matéria de Rendimentos da Poupança sob a Forma

de Juros, da Convenção entre o Reino dos Países Baixos, relativamente a Aruba, e o Estado membro da UE, que não a Bélgica, a Áustria ou o Luxemburgo, sobre a Troca Automática de Informação em Matéria de Rendimentos da Poupança sob a Forma de Juros e da Convenção entre o Reino dos Países Baixos, relativamente a Aruba, e a Bélgica, a Áustria e o Luxemburgo, sobre a Troca Automática de Informação em Matéria de Rendimentos da Poupança sob a Forma de Juros, respectivamente, que resultaram das negociações de um acordo sobre tributação da poupança com as Antilhas Neerlandesas e Aruba, e foram apensas, respectivamente como anexos I, II, III e IV ao resultado dos trabalhos do Grupo de Alto Nível do Conselho de Ministros da União Europeia de 12 de Março (doc. 7660/04 FISC 68).

Em face dos referidos textos, tenho a honra de propor a V. Ex.^a a Convenção sobre a Troca Automática de Informação em Matéria de Rendimentos da Poupança sob a Forma de Juros contida no apêndice n.º 1 à presente carta e o compromisso mútuo de ultimarmos com a maior brevidade possível as nossas formalidades constitucionais internas para a entrada em vigor da presente Convenção e de procedermos sem demora à notificação recíproca de que essas formalidades estão concluídas.

Na pendência da conclusão dos trâmites internos e da entrada em vigor da presente Convenção sobre a Troca Automática de Informação em Matéria de Rendimentos da Poupança sob a Forma de Juros, tenho a honra de propor a V. Ex.^a que Portugal e o Reino dos Países Baixos, relativamente a Aruba, apliquem a presente Convenção provisoriamente, no quadro das obrigações decorrentes das nossas respectivas constituições nacionais, a partir de 1 de Janeiro de 2005, ou da data de aplicação da Directiva n.º 2003/48/CE, do Conselho, de 3 de Junho, relativa à tributação dos rendimentos da poupança sob a forma de juros, valendo a mais tardia das datas.

Se o que precede for aceitável pelo Governo de V. Ex.^a, tenho a honra de propor que a presente carta e a vossa confirmação constituam, em conjunto, um acordo entre Portugal e o Reino dos Países Baixos, relativamente a Aruba.

Queira aceitar, Ex.^{mo} Senhor, os protestos da nossa mais elevada consideração.

Pela República Portuguesa:

Maria Manuela Dias Ferreira Leite, Ministra de Estado e das Finanças.

Feito em Lisboa, em 22 de Junho de 2004, em três cópias.

B — Carta de Aruba

Ex.^{mo} Senhor:

Tenho a honra de acusar a recepção da carta de V. Ex.^a com data de hoje, do seguinte teor:

«Ex.^{mo} Senhor:

Tenho a honra de remeter para os textos da Convenção entre o Reino dos Países Baixos, relativamente às Antilhas Neerlandesas, e a Bélgica, a Áustria e o Luxemburgo, sobre a Troca Automática de Informação em Matéria de Rendimentos da Poupança sob a Forma de Juros, da Convenção entre o Reino dos Países Baixos, relativamente às Antilhas Neerlandesas, e o Estado membro da UE, que não a Bélgica, a Áustria ou o Luxemburgo, sobre a Troca Automática de Informação em Matéria de Rendimentos da Poupança sob a Forma